



NOVO GOVERNO

Futuro chanceler, Mauro Vieira diz que plano do presidente eleito Lula é reconstruir pontes com outras nações, em especial as da América Latina. Diplomata confirma 17 chefes de Estado em 1º de janeiro, acima dos 10 que estiveram na posse de Bolsonaro

Ordem é devolver Brasil à cena internacional

» VICTOR CORREIA

O futuro chanceler, Mauro Vieira, comentou ontem os planos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a política externa do país. "O presidente me pediu e me orientou que eu traga o Brasil de volta à cena internacional. Será uma política de reconstruir pontes. Em primeiro lugar, com nossos vizinhos sul-americanos. Em seguida, que também é nosso ambiente próximo, a América Latina em geral. Ele também pediu que eu retomasse todos os programas de cooperação com a África", afirmou, em coletiva de imprensa no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).

A retomada do diálogo com países como Argentina e Venezuela é uma das promessas de campanha de Lula. A próxima gestão do Itamaraty quer também reforçar as relações com os principais parceiros comerciais: Estados Unidos, China e União Europeia. "A relação será intensa, mas equilibrada. Soberana", ressaltou Vieira.

Em relação à Venezuela, país com o qual o governo de Jair Bolsonaro cortou as relações diplomáticas, a nova gestão pretende retomar o diálogo. "O presidente Lula instruiu que se reestabeleça a relação com a Venezuela, enviando, inicialmente, um encarregado de negócios para reabrir os prédios que temos lá, reabrir a embaixada", frisou o futuro chanceler. Questionado se o Brasil deixará de reconhecer Juan Guaidó como o presidente legítimo, Vieira respondeu: "A embaixada ajuda o governo que está, o governo que foi eleito. É o governo (de Nicolás) Maduro".

Como parte do projeto de reestabelecer a posição brasileira no cenário internacional, Lula participou da COP27, no Egito, antes mesmo de ser diplomado. No evento, o petista declarou oficialmente que quer trazer a próxima

conferência das Nações Unidas sobre o clima, em 2025. "Vamos tomar, a partir de 1º de janeiro, as medidas para que o Brasil seja o país-sede", reiterou Vieira.

O novo ministro informou as primeiras viagens que Lula fará após ser empossado. O presidente eleito se programou para ir aos Estados Unidos e à China nos primeiros três meses de governo. Também pretende participar da reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) na Argentina, onde deve realizar reuniões bilaterais.

Em meio aos planos de fazer o Brasil retomar as relações com a comunidade internacional, o governo de transição confirmou a presença de 17 chefes de Estado na cerimônia de 1º de janeiro. "Será a posse com a presença do maior número de chefes de Estado", declarou, durante a coletiva, o embaixador Fernando Igreja, responsável pelo Itamaraty pelo evento.

Até o momento, garantiram presença Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Guiana, Guiné-Bissau, Paraguai, Portugal, Suriname, Timor-Leste, Uruguai e Zimbábue. Na posse de Bolsonaro, em 2019, 10 chefes de Estado estiveram na cerimônia.

Os EUA também devem marcar presença. "Não há confirmação ainda da parte da embaixada dos Estados Unidos de qual será a representação do governo americano", respondeu Igreja, ao ser perguntado sobre a possibilidade de vice-presidente Kamala Harris ser a escolhida.

Maduro também foi convidado, mas a vinda dele esbarra na relação com Bolsonaro, que o considera um ditador. "O presidente Maduro, da Venezuela, foi contatado, está sendo informado, mas ele teria de entrar antes do dia 1º. Até lá, há um impedimento para a entrada dele e de outras autoridades da Venezuela", destacou Igreja.

Evaristo Sa / AFP



Mauro Vieira: "O presidente Lula instruiu que se reestabeleça a relação com a Venezuela"

A futura número 2 do Itamaraty

Pedro França/Agência Senado



A embaixadora Maria Laura da Rocha foi anunciada para o comando da Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, a embaixadora está na Romênia. Além de tudo, é uma amiga", disse o futuro chanceler, Mauro Vieira. Maria Laura da Rocha chefiou o gabinete do então ministro Celso Amorim entre 2008 e 2011. Ela também trabalhou representando o Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a Unesco, e na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). O chefe de gabinete do Itamaraty será o ministro Ricardo Monteiro.

Embaixadora americana

» ROSANA HESSEL

O Senado dos Estados Unidos confirmou, ontem, a nomeada do presidente norte-americano, Joe Biden, Elizabeth Frawley Bagley, como embaixadora extraordinária e plenipotenciária (agente diplomático investido de plenos poderes, em relação a uma missão) no Brasil.

De acordo com a Embaixada do Brasil nos Estados Unidos, Bagley vai iniciar os preparativos para sua chegada ao Brasil, e a data ainda será determinada pela Casa Branca. "A Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil esperam receber a embaixadora Bagley e continuar a fortalecer a cooperação entre nossos dois países nos próximos meses e anos", informou a nota da área diplomática norte-americana.

Com isso, a Casa Branca dá mais um sinal de reaproximação do EUA com o país, pois houve um afastamento desde a posse do democrata, em 2021, que demorou para ser reconhecida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

A indicação de Bagley para chefiar a Embaixada dos EUA no Brasil ocorreu em janeiro deste ano. O cargo estava vago desde julho do ano passado, quando o embaixador Todd Chapman, indicado pelo ex-presidente Donald Trump, decidiu se aposentar. Desde então, o encarregado de negócios Douglas Koneff ocupa o cargo interinamente.

Com a aprovação da nova embaixadora no Brasil, o governo americano espera se reaproximar do país, após a vitória do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pois não havia um representante oficial do país em Brasília para a posse de Lula, em 1º de janeiro de 2023.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azevedo

luizazevedo.df@dabr.com.br

Qual é o país que queremos?

O Correio Braziliense promove, hoje, seminário *Desafios 2023 — o Brasil que queremos*, no auditório Alvorada do Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com transmissão ao vivo pelo site e pelas redes sociais. O encontro será aberto pelo ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, às 14h, dando início a uma sequência de painéis: responsabilidade fiscal e responsabilidade social; retomada do crescimento e infraestrutura; educação e saúde. O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles falará sobre a importância da credibilidade na economia, e o encerramento será feito pelo ex-presidente Michel Temer, um arguto observador da cena política.

O evento é oportuno porque existe um vazio de definições em relação à política do novo governo Lula, que assume o mandato

num ambiente de contestação ao resultado das urnas e terra arrasada na gestão do presidente Jair Bolsonaro, até agora inconformado por não se reeleger. O fato é que o presidente Luiz Inácio lula da Silva foi eleito sem um programa de governo, com base na memória de seus dois mandatos e no próprio carisma. Entretanto, foi uma eleição difícil, apertada, que somada à indefinição programática faz com que as políticas do novo governo, principalmente nas áreas abordadas pelo seminário, estejam em disputa, dentro da aliança de forças democráticas que viabilizou a sua vitória, no segundo turno, e fora, na sociedade.

O seminário será porta-voz de setores da sociedade que atuam nessas áreas. Dele participarão especialistas reconhecidos por seu conhecimento e atuação

na respectiva área, como Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria; José Roberto Afonso, economista e um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal; Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset, quanto à responsabilidade fiscal. Tony Volpon, estrategista da Wealth High Governance; Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), e Zeina Latif vão tratar da questão da infraestrutura, apontada por todos como um gargalo para a retomada do crescimento.

A questão social, dramática nos últimos anos, também está no foco do seminário. O tema da educação será tratado por Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV; Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de

Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes); Raphael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e diretor-geral do Sebrae; Marcos Lisboa, economista e presidente do Insper.

O debate sobre a saúde, cujo pano de fundo é o caráter endêmico da covid-19 no Brasil, reunirá Humberto Costa, ex-ministro da Saúde; Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado; e Igor Calvet, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

O contexto

Voltando ao contexto do seminário, é uma discussão com muitas dimensões. A primeira, obviamente, é política. Há uma evidente crise da democracia

representativa, que se reflete na polarização direita versus esquerda e que leva à busca de soluções com apelo popular, que nem sempre são as melhores e, na maioria das vezes, têm fôlego muito curto. O debate em curso na Câmara sobre a PEC da Transição, por exemplo, ilustra as dificuldades para encontrar saídas robustas, consistentes e sustentáveis. Por isso mesmo, o debate não pode ficar confinado aos partidos políticos, cuja lógica de negociação mira muito os interesses particulares dos políticos.

Infelizmente, o velho patrmonialismo oligárquico é a força dominante, porém dissimulada, nas negociações entre o novo governo Lula e o Congresso.

A segunda questão é a contradição entre a necessidade de controlar a inflação e, ao mesmo tempo, recuperar a capacidade de investimento em infraestrutura, que pressupõe a captação de recursos privados nacionais e estrangeiros, porque o Estado perdeu seu poder de investimento. Utilizar a

inflação como um mecanismo de financiamento da infraestrutura, como já se fez no passado, como todos sabem, é a antessala da hiperinflação e da desorganização das atividades produtivas. Como desfazer esse nó?

A PEC da Transição pretende resolver o problema básico da sobrevivência das famílias em condição de miséria absoluta, mas não resolve o problema social que enfrentamos. Por exemplo, há uma lógica perversa subjacente às políticas de educação e de saúde pública, que se descolou da necessidade de manter um grande exército industrial de reserva, saudável e escolarizado. As alterações na estrutura produtiva, com os sistemas flexíveis, a inovação, as novas tecnologias e os novos materiais, além da crise ambiental, estão provocando alterações que modificam profundamente a relação trabalho e capital. As duas questões precisam ser tratadas como valores universais de uma sociedade próspera e saudável.